



UNIUBE

UNIVERSIDADE DE UBERABA

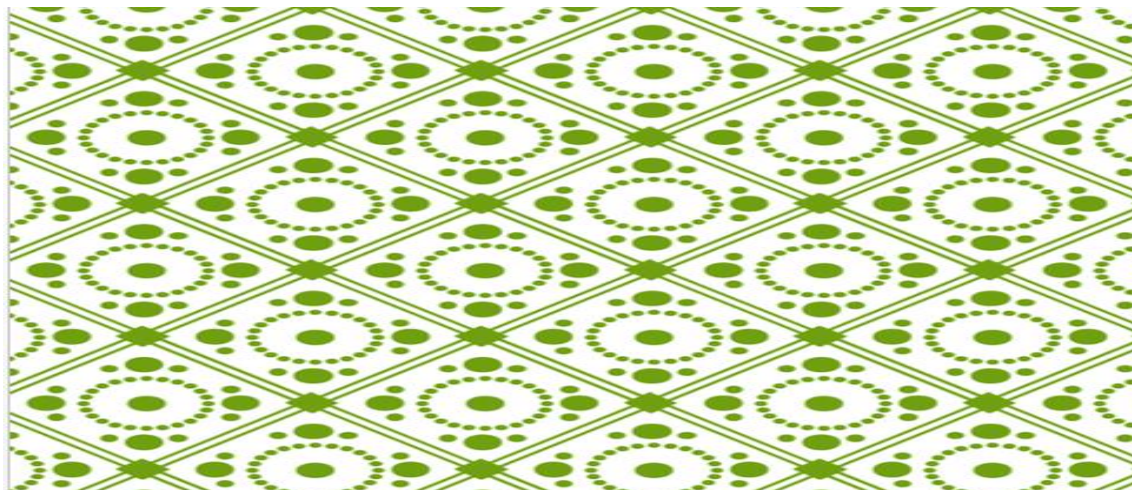
PRÓ REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:
MESTRADO PROFISSIONAL

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

LILIA APARECIDA ANDRADE LEITE

PRODUTO EDUCACIONAL

PROPOSTA PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL -SEE / SRE PARACATU-MG



LILIA APARECIDA ANDRADE LEITE

Produto educacional da dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba, Curso de Mestrado Profissional, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Mestranda: Lilia Aparecida Andrade Leite

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Selva Guimarães

Linha de Pesquisa: Práticas Docentes na Educação Básica

UBERLÂNDIA/MG

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Leite, Lilia Aparecida Andrade.

L536p Proposta pedagógica de formação de professores da educação básica da rede pública estadual – SEE/SER Paracatu-MG / Lilia Aparecida Andrade Leite. – Uberlândia (MG), 2024.
42 f. : il., color.

Este produto foi produzido a partir da dissertação “A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na Escola Estadual Almindia Alves da Silva na cidade de Brasilândia de Minas, MG” e apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, sob a orientação da Profa. Dra. Selva Guimarães.

Inclui bibliografia.

1. Professores – Formação. 2. Formação continuada. 3. Educação intercultural. 4. Educação básica. I. Guimarães, Selva. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado. III. Título.

CDD 371.12


LILIA APARECIDA ANDRADE LEITE

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) NA ESCOLA ESTADUAL ALMINDA ALVES DA SILVA NA CIDADE DE BRASILÂNDIA DE MINAS GERAIS.


Dissertação/Produto apresentada ao Programa de Pós – Graduação Profissional em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Formação Docente para a Educação Básica.

Aprovado em 13/09/2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 SELVA EDILAMAR GUIMARAES
Data: 01/10/2024 17:11:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Selva Guimarães
(Orientadora)
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Documento assinado digitalmente
 JANE MARIA DOS SANTOS REIS
Data: 02/10/2024 08:47:52-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Jane Maria dos Santos Reis
Universidade Federal de Uberlândia-
UFU

Documento assinado digitalmente
 ELOY ALVES FILHO
Data: 02/10/2024 10:24:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Eloy Alves Filho
Universidade de Uberaba – UNIUBE

SUMÁRIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL -SEE / SRE PARACATU-MG.....	5
Introdução/ Justificativa.....	5
2. Referencial Normativo.....	7
3.Objetivos.....	8
3.1 Objetivo Geral.....	8
3.2 Objetivos Específicos.....	8
4.Metodologia: sistemática de realização.....	9
5. Descrição das atividades	11
5.1 Sensibilização para as Relações Étnico-Raciais nos Projetos Políticos Pedagógicos Escolares.....	11
Considerações finais.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

PRODUTO EDUCACIONAL

PROPOSTA PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL -SEE / SRE PARACATU-MG

TEMA: Educação das relações étnico-Raciais (ERER): um olhar sobre o racismo no contexto escolar

Carga Horária: 40 Horas

Público Alvo: Professores da Rede Pública Estadual

Local: A definir com a SRE Paracatu MG

Data: A definir com a SRE Paracatu MG

1. Introdução/Justificativa

Temos vivenciado, ao longo dos anos, cenas em que o racismo permeia as relações sociais. Ao nos atentarmos para esse tipo de ocorrência nos espaços escolares, deparamo-nos com mecanismos e elementos, que nos impulsionam a refletir e a buscar diálogos a respeito desse fenômeno e suas respectivas facetas. As manifestações do racismo materializam-se, no seio da sociedade, em diferentes versões: política, histórica, econômica, social, moral, religiosa e ética. Podemos afirmar que a reprodução do racismo está atrelada ao modo como se estabelecem as relações, no mundo capitalista. Percebe-se que, na prática, o racismo vai se perpetuando, de diferentes formas, de geração em geração.

No Brasil, o racismo apresenta-se como algo intrínseco à sociedade. No entanto, temos consciência de que só será possível debelar esse tipo de relação, se a sociedade mudar radicalmente o comportamento, diante da reprodução sistêmica das desigualdades raciais e sociais, em nosso país. O racismo sistêmico e institucional, se não erradicado, obviamente, poderá comprometer a democracia, ampliando o escopo das desigualdades sociais. Conforme Silvio Almeida (2018) afirma: “O racismo institucional é, basicamente, o tratamento diferenciado entre raças, no interior de organizações ou, pode se dizer, nas escolas.”

A educação escolar e as práticas educativas são fundamentais para a formação, atuação, autonomia e exercício da cidadania do indivíduo, nas esferas da vida pessoal e profissional. Nessa perspectiva, propomos esse projeto de formação continuada para professores, com carga horária de 40 horas, cujo tema é: A educação para as Relações Étnico-

Raciais: um olhar sobre o racismo no contexto escolar. O projeto tem como referencial a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, LDB, e instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nas disciplinas de História, Arte e Literatura, nas instituições de ensino da Educação Básica de todo o país, bem como a formação para professores. A Resolução de número 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispõe, em seu artigo 3º, § 2º “as coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares”.

Assim, considerando-se que a implementação da Lei 10.639/2003 tem o poder de impactar o currículo escolar e, por conseguinte, a necessária formação contínua de professores em serviço, com o objetivo de provocar mudanças: culturais, de percepções e comportamentais. Partindo da premissa de que existe legislação pertinente e que essas determinações devem ser cumpridas, cabe aos sistemas e redes de ensino promoverem diálogos abertos e francos, criarem espaços e desenvolverem um conjunto de possibilidades e de estratégias formativas, visando a efetivação da Educação Antirracista, em todas as escolas. Essas medidas demandam o envolvimento de elementos e de ferramentas, que fomentem discussões profundas, estudos minuciosos e detalhados, com o conjunto dos professores, acerca do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nesse sentido, sobre o papel do professor, Nóvoa (2022) ressalta:

Toda a educação parece reduzir-se a aprendizagem, e a uma aprendizagem mensurável: os alunos são aprendentes, as escolas são ambientes de aprendizagem, os professores são facilitadores de aprendizagem..., mas é preciso dizer que, se os seres humanos aprendem, é porque quase sempre são ensinados. O professor tem um papel essencial na sua criação. Graças ao seu conhecimento próprio e a sua experiência profissional tem uma responsabilidade maior na metamorfose da escola. (Nóvoa, 2022, p.45).

Assim, entendemos que os professores são protagonistas e autônomos, em suas ações e práticas pedagógicas, no espaço escolar e nas salas de aula. Daí a formação continuada para professores não ser apenas necessária, sobretudo um processo progressivo de desenvolvimento profissional e pessoal. As argumentações de Nóvoa (2022, p. 95) lembram-nos que: “neste caso, devemos organizar o conjunto do currículo de formação, tendo este ponto como alvo. E que os professores, em pleno exercício de sua profissão, devem manter-se envolvidos em dinâmicas de formação continuada”.

Pretendemos, por meio da reflexão acerca dessa proposta, ampliar a discussão em torno da literatura especializada sobre a temática que envolve a Educação Antirracista, visto que torna-se, cada vez mais urgente, a atuação e a participação dos profissionais da educação no planejamento e na implementação das práticas pedagógicas, que envolvem a Educação para as Relações Étnico-Raciais. O mestre Kabenguele Munanga (2005) informa-nos que a educação escolar ocupa um espaço de destaque, embora não possa resolver todos os problemas sozinha. Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la, democraticamente, respeitando a diversidade do nosso povo.

Por essa razão, devemos reconhecer a escola como lugar de predominância da diversidade, da construção do conhecimento, da inclusão e do respeito, nela deve-se proporcionar discussões, debates e diálogo sobre as questões raciais. Faz-se necessária a promoção de novas práticas de ensino, diferentes ações educativas e pedagógicas; metodologias de ensino, com abordagens, que incorporem os princípios da erradicação ao racismo e a promoção da Educação Antirracista. A seguir, apresentamos alguns apontamentos relacionados às políticas públicas para a formação inicial e a formação continuada de professores.

2. Referencial Normativo

A LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), promulgada em 1996, Lei 9.394/96, estabelece:

Art. 62. § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. [\(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009\).](#)

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

Assim, formação continuada é respaldada pela Lei e constitui um direito dos docentes e é dever dos entes federativos. Para Placco(2010), a formação é processo, em que o professor experiência, de forma decisiva, a construção da autonomia, em movimento de pensar e fazer docência profissional.

Diante dessas considerações, reiteramos a importância da realização desse projeto de formação continuada para professores, no âmbito da educação, no estado de Minas Gerais. Considerando-se as exigências das legislações educacionais vigentes, que defendem e incluem a temática: Educação para as relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sendo o Brasil o país com a maior diversidade, que pode ser explorada de diversas formas, do ponto de vista da pluralidade cultural.

3.Objetivos

3.1 Objetivo Geral:

Promover a formação continuada de professores, que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Brasilândia de Minas, da SRE de Paracatu/MG, com vistas a debater saberes, práticas educativas e pedagógicas dos professores e professoras, de modo a fortalecer o diálogo com a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

3.2 Objetivos Específicos:

- a) Promover, de forma colaborativa, a formação continuada, embasada na Lei 10.639/2003 e nas diretrizes: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), bem como na Lei 10.639/2003, para garantir a qualidade da ação das práticas docentes, em sala de aula;
- b) Estabelecer ações pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, visando oportunizar, aos professores, vivências criativas que produzam práticas pedagógicas significativas, com vistas à consolidação da Educação Antirracista;

- c) Planejar e desenvolver momentos de reflexão e diálogo, acerca da equidade, da pluralidade e da diversidade, como forma de qualificar os processos educativos, nas escolas de Minas Gerais;
- d) Oportunizar grupos de estudos, sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, de modo a instrumentalizar os profissionais do ensino, para que desenvolvam ações pedagógicas interdisciplinares, para o amparo teórico, metodológico e prático da Educação Antirracista, nas escolas;
- e) Construir, coletivamente, um Guia Pedagógico Antirracista, como material didático, para ser utilizado, nas salas de aula, pelos professores.

4. Metodologia: sistemática de realização

Considerando que a formação continuada se materializa de fato, quando são oportunizados momentos, em que os profissionais possam refletir vivências cotidianas, do espaço escolar, pretende-se aprimorar conhecimentos teórico-metodológicos, que possibilitem dialogar com a natureza social do ser humano, nas relações sociais diversas. Para efeito da elaboração desse guia, compreendemos o espaço escolar como instituição social, que sofre mudanças e também grandes influências, bem como influencia o local onde encontra-se inserido, permeando assim todo o processo educativo.

Nessa perspectiva, pretendemos construir uma agenda/plano de formação continuada, para promover ações e práticas pedagógicas pertinentes à Educação para as Relações Étnico-Raciais, nos ambientes escolares. O intuito dessas ações é promover a igualdade racial, o respeito às diferenças e a tentativa de erradicação do racismo, em nossas escolas.

Para a efetivação desse projeto, serão realizados 8 encontros com 5 horas cada, incluindo planejamento e avaliação. No final de cada encontro, será disponibilizado, como sugestão, um pequeno texto para complementação, retirado de tópicos em destaque do livro *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*; material do Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re>

A seguir o cronograma dos encontros presenciais:

ESTRATÉGIAS FORMATIVAS/ ENCONTROS PRESENCIAIS

TEMA	DURAÇÃO	OBJETIVOS	ATIVIDADES FORMATIVAS
Sensibilização para o estudo das Relações Étnico-Raciais nos Projetos Políticos Pedagógicos Escolares.	5 Horas	Dialogar a respeito de comportamentos e de vivências cotidianas entre professores, estudantes e comunidade escolar, no âmbito escolar.	Roda de Conversa sobre necessidades formativas, problemas vivenciados no cotidiano escolar em relação ao racismo e as diversas formas de discriminação; Assistir e debater o Vídeo: “Uma Lição de Discriminação”. Disponível no <i>YOUTUBE</i> .
Pressupostos Teórico Metodológico, Políticas Públicas voltadas para a Educação das relações étnico-Raciais; um estudo das DCNs, BNCC e Currículo Escolar	5 Horas	Discutir sobre a importância das políticas públicas e das diretrizes, cujo foco é a Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Antirracista .	Exposição dialogada sobre o tema, com apresentação de textos e de <i>slides</i>
Estudos sobre a História da África e Cultura Afro-Brasileira, para fomentar a Educação Antirracista, nos Espaços Escolares	5 Horas	Diálogo, reflexão do papel do professor, como protagonista no ensino e nas práticas docentes cotidianas, bem como o empenho e a colaboração na construção dos currículos escolares para a Educação Antirracista.	<i>Slides</i> sobre conteúdos de Geografia e das Culturas da África.
História e Cultura Afro-Brasileira e o papel do professor na construção do currículo escolar.	5 Horas	Diálogo, reflexão do papel do professor como protagonista no ensino e nas práticas cotidianas da vida docente, bem como o empenho e colaboração na construção dos currículos escolares anti racismo.	Exibição e debate, a respeito do filme <i>MUCIZE</i> e roda de conversa.
Desigualdade social, racismo e produção de saberes	5 Horas	Provocar reflexão, diálogos e entendimento sobre o filme. Transversalizar a discussão sobre as temáticas ligadas ao racismo, aos estereótipos, às desigualdades sociais, econômicas, à	Exibição e discussão sobre o filme: <i>O menino que descobriu o vento</i> .

		discriminação e despersonalização das pessoas negras, violência física, moral e mental e as questões éticas envolvidas nesse debate.	
Personalidades Negras Brasileiras e origem do Movimento Negro no Brasil.	5 Horas	Explicação sobre a importância das representatividades, na produção das constantes lutas simbólicas, que resultaram e resultam em significativas conquistas, do movimento negro do Brasil.	Construção e apresentação do Mural das Personalidades Negras brasileiras, com apresentação de <i>slides</i> , sobre a origem e a importância do Movimento Negro no Brasil.
Planejamento e Construção Coletiva de um Guia Prático Pedagógico Antirracista, para os Anos Finais do Ensino Fundamental.	5 Horas	Elaboração do Guia Prático Pedagógico Antirracista, para ser utilizado pelos professores, que atuam, em sala de aula, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, no decorrer do ano letivo.	Planejamento e seleção dos materiais necessários à formulação do Guia Prático Antirracista.
Encerramento das atividades pedagógicas e Avaliação do projeto.	5 Horas	Desenvolver metodologias de ensino inovadoras e construir, em parceria com os professores, materiais pedagógicos, que enfatizem a temática, para serem utilizados nas atividades com os estudantes.	Apresentação do Projeto final e Avaliação do Curso.

5. Descrição das atividades

5.1 Sensibilização para as Relações Étnico-Raciais nos Projetos Políticos Pedagógicos Escolares.

A primeira atividade será a sensibilização que traz a proposta da apresentação de um vídeo, intitulado *Uma Lição de Discriminação* e, a partir da apresentação, incentivar reflexões, momentos de narração, de escuta e de interação dos participantes, em uma roda de conversa. Em seguida, organizar grupos, compostos por pequena quantidade de componentes. Após as interações no grupo, um representante, selecionado em cada grupo fará apresentação, em plenária, do resultado das reflexões coletivas. O profissional responsável pela atividade de

formação, juntamente com o grupo, iniciará o diálogo, acerca da temática: A Educação para as Relações Étnico-Raciais, nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas da SRE Regional. Como afirmam Kronbauer e Simionato (2008), em todos os grupos humanos é possível observar a utilização dos meios pedagógicos como modo de construção e de disseminação do saber, a partir dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e valores de suas culturas.

Na sequência dessas atividades, o professor o formador ou a professora formadora, em diálogo com o grupo, fará a avaliação, tecendo comentários pertinentes às vivências compartilhadas, no momento da formação. A partir dessa conversa, serão expostas opiniões e sugestões, acerca do tema do encontro e deverá haver tempo para o caso de alguém desejar aprofundar algum ponto específico do debate.

Texto Complementar

A diversidade étnico-racial na educação

“A sociedade civil segue desenvolvendo importante papel na luta contra o racismo e seus derivados. Compreender os mecanismos de resistência da população negra ao longo da história exige também estudar a formação dos quilombos rurais e urbanos e das irmandades negras 6, entre tantas outras formas de organizações coletivas negras. A população negra que para cá foi trazida tinha uma história da vida passada no continente africano, a qual somada às marcas impressas pelo processo de transmutação de continente serviu de base para a criação de estratégias de sobrevivência.

A fuga dos/das trabalhadores/as escravizados/as, a compra e a conquista de territórios para a formação de quilombos materializam as formas mais reconhecidas de luta da população negra escravizada. Nesses espaços, as populações negras abrigaram-se e construíram novas maneiras de organização social, bastante distintas da organização nas lavouras.

A religião, aspecto fundamental da cultura humana, é emblemática no caso dos (as) negros (as) africanos (as) em terras brasileiras. Por meio desse ímpeto criativo de sobrevivência, pode-se dizer que a população negra promoveu um processo de africanização de religiões cristãs (LUZ, 2000) e de recriação das religiões de matriz africana.

Cabe, portanto, ligar essas experiências ao cotidiano escolar. Torná-las reconhecidas por todos os atores envolvidos com o processo de educação, no Brasil, em especial, professores/as e alunos/as. De outro modo, trabalhar para que as escolas brasileiras se tornem

um espaço público em que haja igualdade de tratamento e oportunidades. Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a. Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos/as negros/as, sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias”.

Excerto do texto: Brasília: SECAD, 2006 Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re>

PROPOSTAS EM DIÁLOGO COM OS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Intervir por meio do Projeto Político-Pedagógico, ressignificado e construído coletivamente com base na realidade de cada escola, é o que esse Plano de Ação propõe ao afirmar a mudança em práticas em torno das Diretrizes Curriculares da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Defende-se serem esses os caminhos possíveis para se elaborar uma proposta de matriz curricular que redirecione a organização e a dinâmica da unidade escolar, de modo que o fazer pedagógico seja um fazer político que se disponha a detectar e a enfrentar as diversas formas de racismo e a valorização da diversidade étnico-racial, na escola, particularmente nas de Ensino Médio.

Isso não se faz em completa harmonia, tampouco apenas no discurso. Nas palavras de Ilma Passos (2003): A instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também uma instituição de confronto, de resistência e proposição de inovações. A inovação educativa deve produzir rupturas e, sob essa ótica, ela procura romper com a clássica cisão entre concepção e execução, uma divisão própria da organização do trabalho fragmentado.

Dessa perspectiva, a ideia de harmonia que ainda vigora na cultura escolar é posta em questão. Conforme Souza, Vóvio e Oliveira (2004), em contextos de reivindicação de direitos, entre eles o direito de agrupamentos étnicos, é que o Projeto Político-Pedagógico de cada escola ganha sentido. Os sujeitos reafirmam a intencionalidade e a especificidade da ação educativa, na elaboração do projeto, entendido como espaço e processo de formação. É nesse documento da escola que o compromisso da edificação de uma educação pública de qualidade se concretiza: na articulação dos aspectos políticos e pedagógicos; e na proposição de um currículo comprometido com a valorização da diversidade.

É imprescindível que a discussão, a análise e a reestruturação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) sejam entendidas como um processo construído coletivamente entre todos os envolvidos. O fundamento aqui adotado, em relação ao projeto político-pedagógico, assume a perspectiva emancipatória e anti-racista e foge da ideia de que seja um instrumento meramente burocrático. Aposta, sim, em uma ideia de documento que coloca em pauta e procura olhar cotidianamente as questões macro e micro, tais como o atendimento da secretaria escolar, os alimentos servidos, a escolha e preparação, as maneiras de resolver os conflitos, bem como a promoção de atitudes e valores, que favoreçam a convivência.

Os sujeitos que constroem e movimentam o projeto político-pedagógico são protagonistas atuantes e procuram, eles mesmos, formas de responder pelo Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e o engendramento e fortalecimento de ações de transformação. A comunidade escolar – gestor educacional, coordenadores, orientadores, professores e demais profissionais da escola, estudantes, pais, mães e parentes responsáveis – deve assumir a responsabilidade coletiva e individualmente. Considera-se a inserção das Diretrizes no Projeto Pedagógico da escola como a assunção de um conjunto de valores e elas devem interferir na gestão da escola e não apenas da sala de aula ou na disposição dos conteúdos curriculares, ainda que essa intervenção se dê também por meio dos saberes disciplinares

Brasília: SECAD,2006 Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re>

2º Encontro

Pressuposto Teórico Metodológico, as Políticas Públicas voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais: um estudo da Lei 10639/03, das DCNERER, da BNCC e Currículo Escolar.

Nessa segunda atividade, o professor (a) formador(a), apresentará *slides* e material impresso, fará uma explanação sobre a importância do estudo das políticas públicas de educação, da Lei 10.639/2003, da Lei de Diretrizes e Base Nacional da Educação Básica (LDB), das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) e da Base Nacional

Comum Curricular (BNCC), de forma a pontuar e a destacar o protagonismo da educação antirracista expressa nos documentos e a relevância dessas ações, no espaço escolar.

Por tratar-se das políticas públicas, o realce a essa vertente são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em seguida, serão divididos os subgrupos, cada um com tópicos relevantes às DCNERER e BNCC, que após discussão e reflexão, serão apresentadas na plenária. Na sequência, será feita a avaliação das apresentações, o formador (a), juntamente com os demais participantes, desenvolverá uma discussão crítica, a respeito das experiências acerca dessa temática, no contexto escolar.

Textos Para Complementação

Educação e Direitos humanos – Lei nº 10.639/2003

“A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância catalisaram no Brasil um acalorado debate público, envolvendo tanto organizações governamentais quanto não-governamentais e expressões de movimentos sociais interessadas em analisar as dinâmicas das relações raciais no Brasil, bem como elaborar propostas de superação dos entraves postos em relevo pela realização da conferência. A entrada do novo milênio contou, mais uma vez, com o reconhecimento e a ratificação da necessidade dos povos do mundo de debater e elaborar estratégias de enfrentamento a um problema, equacionado no transcorrer da Modernidade. Ademais, a conferência marca o reconhecimento, por parte da ONU, da escravização de seres humanos negros e suas consequências, como crime contra a humanidade, o que fortalece a luta desses povos por reparação humanitária

No Documento Oficial Brasileiro para a III Conferência, é reconhecida a responsabilidade histórica do Estado brasileiro “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos”, uma vez que:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as

desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravidão que a geração atual herdou (BRASIL, 2001).

Admitidas essas responsabilidades históricas, o horizonte que se abriu foi o da construção e da implementação do plano de ação do Estado brasileiro, para operacionalizar as resoluções de Durban, em especial as voltadas para a educação, quais sejam: igual acesso à educação para todos e todas, na lei e na prática.

Adoção e implementação de leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal. Medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação. Recursos para eliminar, onde existam, desigualdades nos rendimentos educacionais para jovens e crianças.

Apoio aos esforços que possibilitem ambiente escolar seguro, livre da violência e de assédio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Estabelecimento de programas de assistência financeira, desenhados para capacitar todos os estudantes, independentemente de raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional a frequentarem instituições educacionais de Ensino Superior. Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro têm possibilitado ao Estado brasileiro formular projetos, no sentido de promover políticas e programas para população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro.

Entre os resultados, a Lei nº 9.394/96 foi alterada, por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Tendo em vista os desdobramentos na educação brasileira, observam-se os esforços de várias frentes do Movimento Negro, em especial o de Mulheres Negras, e o empenho dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos correlatos, criados em universidades, que buscam a estruturação de uma política nacional de educação, calcada em práticas antidiscriminatórias e antirracistas.

Várias pesquisas, nesse sentido, têm demonstrado que o racismo, em nossa sociedade, constitui também ingrediente para o fracasso escolar de alunos (as) negros (as). A sanção da Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP 1/2004 é um passo inicial, rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos, resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação.

Diante da publicação da Lei nº 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e de professoras e supervisionar o cumprimento dessas diretrizes.

Excerto do Documento: Brasília: SECAD,2006. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br>12989-re>

3º Encontro

A Importância do Conhecimento da História da África e afro-brasileira -Brasileira para a Educação Antirracista no Espaço Escolar.

Para essa atividade propõe-se a exposição dialogada por meio de *slides*, destacando um pouco da história da África, os aspectos físicos, populacionais, econômicos e sociais e também a cultura afro-brasileira, os costumes, os hábitos e as tradições religiosas, as músicas, as danças entre outras manifestações. A ideia é de que o formador (a), discorra sobre o tema, correlacionando a cultura africana e afro-brasileira. Na sequência, o formador (a), abrirá espaço para discussão e reflexão, entre os subgrupos. Para o encerramento das atividades do encontro, haverá apresentação do grupo de capoeira local. Após apresentação do grupo de capoeira, um lanche será servido, com alimentos da culinária afro-brasileira.

Nota: Capoeira ou capoeiragem é uma expressão cultural e esporte afro-brasileiro, que mistura arte marcial, dança e música. Foi desenvolvida, no Brasil, por descendentes de escravizados africanos (os afro-brasileiros, possivelmente, no final do século XVI, no

Quilombo dos Palmares no atual Estado de Alagoas), que resistiu por mais de um século na antiga Capitania de Pernambuco.

Textos Para Complementação

A diversidade étnico-racial na educação

A sociedade civil segue desenvolvendo importante papel na luta contra o racismo e seus derivados. Compreender os mecanismos de resistência da população negra, ao longo da história, exige também estudar a formação dos quilombos rurais e urbanos e das irmandades negras, entre tantas outras formas de organizações coletivas negras. A população negra, que para cá foi trazida, tinha uma história da vida passada no continente africano, a qual somada às marcas impressas pelo processo de transmutação de continente serviu de base para a criação de estratégias de sobrevivência.

A fuga dos/das trabalhadores/as escravizados/as, a compra e a conquista de territórios para a formação de quilombos materializam as formas mais reconhecidas de luta da população negra escravizada. Nesses espaços, as populações negras abrigaram-se e construíram novas maneiras de organização social, bastante distintas da organização nas lavouras. A religião, aspecto fundamental da cultura humana, é emblemática no caso dos (as) negros (as) africanos (as), em terras brasileiras. Por meio desse ímpeto criativo de sobrevivência, pode-se dizer que a população negra promoveu um processo de africanização de religiões cristãs (LUZ, 2000) e de recriação das religiões de matriz africana. Cabe, portanto, ligar essas experiências ao cotidiano escolar. Torná-las reconhecidas por todos os atores envolvidos com o processo de educação no Brasil, em especial professores/as e alunos/as. De outro modo, trabalhar para que as escolas brasileiras se tornem um espaço público, em que haja igualdade de tratamento e oportunidades.

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a. Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos/as negros/as, sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias.

Percebe-se que há um subdimensionamento dos efeitos das desigualdades étnico-raciais, embora exista fomento para as ações de combate ao racismo, na sociedade brasileira, visto que difunde a explicação da existência de igualdade de condições sociais para todas as pessoas. Sistemáticamente, a sociedade brasileira tende a ignorar deliberadamente, ainda hoje, os muitos casos que ocupam espaço, na mídia nacional, mostrando o quanto ainda é preciso lutar, para que o conjunto dos estudantes receba uma educação igualitária, que possibilite desenvolvimento intelectual e emocional, independentemente do pertencimento étnico-racial. Com isso, profissionais da educação continuam não-percebendo o entrave promovido por eles/as, ao não compreenderem em quais momentos suas atitudes diárias acabam por favorecer incoerências e desfavorecimento de alguns grupos de alunos, no contexto escolar. Um olhar atento para a escola capta situações que se configuram, de modo expressivo, em atitudes racistas. Nesse espectro, de forma objetiva ou subjetiva, a educação suscita preocupações, que podem ter como foco: do material didático-pedagógico até a formação de professores.

O silêncio da escola a respeito das dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos/às alunos/as uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema, por parte dos/as profissionais da educação, envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais aos estudantes afrodescendentes. Silenciar-se diante desse problema não apaga, magicamente, as diferenças, ao contrário, permite que cada um construa, ao seu modo, um entendimento, muitas vezes, estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo respaldado pelas vivências sociais, de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais.

É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessário que se promova do respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças e a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, sem receio e sem preconceito. Nesse ponto, deparamo-nos com a obrigação do Ministério da Educação de implementar medidas, que visem combater o racismo e garantir a estruturação de projeto pedagógico que valorize o pertencimento racial dos/as alunos/as negros/as.

Diante do panorama das ferramentas de que já dispomos, a Constituição Federal define como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção do acesso à cultura, à educação e à ciência. A Educação Básica, de competência do Estado, é compreendida pelos níveis infantil, fundamental e médio, sendo o Ensino

Fundamental de caráter obrigatório e gratuito. Recentemente, estruturaram-se propostas de modificações para os livros didáticos e revisões nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Contudo, é preciso dar continuidade às políticas públicas amplas e consolidadas, que trabalhem, detalhadamente, no combate a esse processo de exclusão social. Vale lembrar que o processo de formação de professores/as deve estar direcionado para todos/as os/as profissionais de educação, garantindo-se que aqueles/as vinculados/as às ciências exatas e da natureza não se afastem de tal processo.

Ao criar o Grupo de Trabalho para a discussão e a inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), por intermédio da Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional (CGDIE), reafirma seu objetivo de valorizar e assegurar a diversidade étnico-racial, tendo a educação como instrumento decisivo para a promoção da cidadania e do apoio às populações que vivem em situações de vulnerabilidade social. Ademais, os trabalhos desenvolvidos, durante as jornadas, tiveram como horizonte a construção do Plano de Ação para a Inserção das Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tomando-se como base os seguintes princípios: socialização e visibilidade da cultura negro-africana; Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial e de gênero e à homofobia; Construção de material didático-pedagógico, que contemple a diversidade étnico-racial na escola; Valorização dos diversos saberes e Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações.

Brasília: SECAD,2006 Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re>

4º Encontro

História e Cultura Afro-Brasileira e o Papel do Professor na Construção do Currículo Escolar (Roda de Conversa) Exibição do filme Mucize.

Nessa atividade, o filme *Mucize* será exibido e logo após a exibição do filme, haverá uma roda de conversa evidenciando o papel do professor na construção do currículo escolar. O objetivo de exibir o filme é destacá-lo como fonte motivacional que irá despertar, na plateia, o desejo de protagonismo, na atuação profissional, no contexto da educação. Além de proporcionar aprofundamento metodológico, do ponto de vista didático, a utilização do cinema, nas atividades do ensino, pode contribuir, de forma significativa, para a compreensão de fenômenos e acontecimentos, na atualidade. Nesse sentido, Guimarães afirma

O professor, no exercício de seu ofício, incorpora noções, saberes, representações, linguagens do mundo vivido fora da escola, na família, no trabalho, nos espaços de lazer, na mídia etc. Logo todas as linguagens, todos os veículos e artefatos, frutos de múltiplas experiências culturais contribuem para a produção e difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento, tais como os meios de comunicação de massa- internet, rádio, tv, imprensa em geral- imagens, literatura, cinema, tradição oral, objetos, monumentos, museus etc. (Guimarães 2012, p. 258)

Na segunda parte dessa atividade, na sequência do momento da interação, haverá a roda de conversa, cujo objetivo é dialogar com o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e papel do professor, na construção do currículo escolar. Nessa atividade, o formador/a será mediador/a da conversa e apresentará conceitos e origem da História e da Cultura dos Afrodescendentes, bem como a justificativa da presença dessa temática no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), desenvolvendo a discussão e alinhando ideias e sugestões. Esse momento terá duração de 50 minutos. Na sequência, os participantes apresentarão experiências vivenciadas, ideias e sugestões e/ou tecerão comentários a respeito do que mais despertou interesse para a reflexão. Nas palavras de Guimarães (2012): “As atividades com fonte orais favorecem a aquisição de habilidades e atitudes de investigação, indagação, análise, responsabilidade, ética e respeito dos diferentes sujeitos e seus pontos de vista”. Daí a importância da escuta, da valorização das opiniões e das sugestões da coletividade para a elaboração e a complementação dos currículos escolares. Para a etapa de avaliação, o formador/a tecerá, junto aos participantes, comentários sobre experiências vivenciadas no encontro, caso haja necessidade ou interesse de aprofundamento de algum dos pontos debatidos.

Texto Para Complementação

A escola e o currículo

No que se refere à ideia de currículo, é importante entender que existem diferentes visões para sua construção e encaminhamento. Em nossa visão, entendemos o currículo como a mola-mestra para o processo de sensibilização de alunos/as, para o conhecimento e o exercício de direitos e de deveres de cidadãos e cidadãs. O trabalho docente pode, então, orientar-se para além das disciplinas constantes no currículo do curso, mas também na exposição e discussão de questões éticas, políticas, econômicas e sociais.

Entendemos que, para dar visibilidade a esta proposta educativa, é fundamental a participação de professores/as na escolha, seleção e organização dos temas que podem integrar um planejamento curricular, bem como toda a comunidade escolar, o que é desafiador. Sabemos que existe um currículo manifesto, presente nos planos de ensino, cursos e aulas, mas, visceralmente articulado, está o currículo oculto, que representa um “corpus ideológico” de práticas que não estão explícitas no currículo manifesto, formalizado. Nessa relação manifesto/oculto, podem circular ideias que reforçam comportamentos e atitudes que, implícita ou explicitamente, podem interferir, afetar, influenciar e/ou prejudicar a aprendizagem escolar dos/das discentes. Tais ideias podem remeter aos preconceitos, às intolerâncias e às discriminações enraizadas, relacionados às relações de classe, de gênero, de orientação sexual, de raça, de religião e de cultura.

Vivemos em um país com grande diversidade racial e podemos observar que existem lacunas nos conteúdos escolares, no que se refere às referências históricas, culturais, geográficas, linguísticas e científicas, no que se refere ao embasamento e às explicações que possam favorecer a construção do conhecimento e a elaboração de conceitos mais complexos e amplos. A construção dessa conceituação pode contribuir para a formação, o fortalecimento e a positivação da autoestima de crianças e de jovens. Segundo Silva (1995), no que concerne aos currículos escolares, chamou-se a atenção para a falta de conteúdos ligados à cultura afro-brasileira, que possam fomentar a valorização da imagem dessa população, no processo de construção das identidades brasileiras, não apenas para efeito do registro folclórico ou de datas comemorativas, mas, principalmente, buscando uma revolução de mentalidades para a compreensão do respeito às diferenças. Há todo um debate sobre multiculturalismo, nos escritos de Gonçalves e Silva (1998) e sobre pluralidade cultural (PCNs, 1997), nos quais se discute o papel de diferentes povos, no contexto cultural e educacional. Nessa direção,

indagamos: como a comunidade escolar pode se organizar e se estruturar para fomentar essa discussão e alinhar estratégias educativas?

Brasília: SECAD, 2006 Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re>

5º Encontro

Exibição do filme O Menino que Descobriu o Vento

Nessa atividade, o/a formador/a poderá estender o convite aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, para a exibição do filme intitulado O Menino que Descobriu o Vento, como ponto inicial para reflexão a respeito do protagonismo estudantil, da autoestima dos estudantes, das histórias e do modo de vida de cada um e cada uma, das concepções e dos talentos e dos sonhos e das expectativas que nutrem, em relação à juventude. “O filme pode oferecer pistas, referências sobre o modo de viver, sobre os valores e os costumes de uma determinada época e lugar” (Guimarães, 2012, p.267).

Nesse sentido, por intermédio do filme, é possível estimular reflexões a respeito de concepções e de inquietações, referentes às relações étnico – raciais e também discutir o ensino da temática, apresentar sugestões de filmes e práticas educativas acerca da educação antirracista. Na sequência, o/a formador/a, abrirá espaço para debate e o grupo apresentará sugestões, concernentes à abordagem da temática, que posteriormente irá compor o Guia Prático Pedagógico, material a ser apresentado ao final do curso.

Textos para complementação

O Ensino e o Antirracismo

A questão do racismo deve ser apresentada à comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com os quais fomos educados. Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e à “coisificação” dos povos africanos. E a luta contra o racismo, em nosso país, vem possibilitando que sejam discutidos temas significativos para a compreensão de todo esse processo, mostrando a resistência dos africanos e dos descendentes, que não se intimidaram com a escravidão, que se rebelaram e conseguiram manter vivas as tradições culturais dos respectivos povos.

Estabelecer esse diálogo ancestral, por meio de pesquisas, de encontros com a cultura e a história da ancestralidade, preservada ou reinventada, é fundamental, no sentido de não hierarquizar, idealizar ou subestimar as diversas motivações/manifestações sociopolíticas e culturais pertinentes. Assim, entendermos que não existe uma única forma de se estar no mundo, mas múltiplas formas, que vão se tecendo conforme os desafios propostos por nós, pelos outros e pela nossa interação com e sobre a natureza. Nesse sentido, podemos nos apropriar, de fato e de direito, de instrumentos que nos permitam perceber as múltiplas formas e que essa apropriação não signifique expropriação, mas sim, recriação, reinvenção, redescoberta, e que nos leve a equacionar o nosso ser e a estar no mundo, em suas múltiplas dimensões.

Cabe estudar as lutas de resistência a respeito desses processos históricos, de forma que não continuemos reproduzindo os esquemas, criados pelo modo capitalista de pensar e que vislumbremos outras forças capazes de nos mobilizar.

Brasília: SECAD, 2006 Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re>

6º Encontro

Mural das Personalidades Negras e o Movimento Negro no Brasil

A sexta atividade desenvolvida será a elaboração de um mural de personalidades negras brasileiras, o professor/a formador/a, fará a explanação sobre o protagonismo das personalidades negras, cada um com sua especificidade, no campo das lutas simbólicas, das representatividades, nos diversos espaços sociais, organizacionais, institucionais e políticos, das

suas manifestações e das conquistas. Na sequência, o/a formador/a fará a explanação, por meio de *slides* e de material impresso sobre a história e a origem do Movimento Negro, no Brasil.

Para dar sequência às atividades, os subgrupos serão divididos, para discussão e apresentação dos resultados das reflexões tecidas no grupo, que serão sistematizadas por um representante de cada grupo, para a plenária. Após apresentação, será feita a avaliação das atividades do encontro. Nesse momento, o/a formador/a iniciará a conversa sobre o que foi vivenciado e serão colhidas as sugestões, a partir das experiências vivenciadas no desenvolvimento dos temas, constantes no material do Guia Prático Pedagógico.

Movimento Negro e Educação

Além de “muitos estudos dos livros”, a pessoa educada é capaz de produzir conhecimento e necessariamente, respeita os idosos, as outras pessoas, o meio ambiente. Empenha-se em fortalecer a comunidade, na medida em que vai adquirindo conhecimentos escolares, acadêmicos, bem como outros necessários para a comunidade sentir-se inserida na vida do país (SILVA, 2000, p. 78-79).

A educação formal sempre se constituiu marco no panorama das reivindicações do Movimento Negro, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo do século XX, a imprensa foi intensamente utilizada como instrumento de suas campanhas, com destaque para os periódicos *O Baluarte* (1903) *O Menelik* (1915), *A Rua* (1916), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1919), *A Sentinela* (1920), *O Getulino* (1923) e *o Clarim d’Alvorada* (1924). Essas empreitadas desembocaram na criação da Frente Negra Brasileira (FNB), que, segundo Florestan Fernandes, foi o primeiro movimento de massa no período pós-abolicionista, que teve o objetivo de inserir o negro na política (FERNANDES, 1978). Não limitando seus esforços aos seus próprios membros, setores da Frente Negra Brasileira (FNB) criaram salas de aula de alfabetização para os trabalhadores e trabalhadoras negras, em diversas localidades (GONÇALVES, 2000). Outra experiência importante na luta pela educação foi empreendida pelo Teatro Experimental do Negro (TEN). De acordo com Abdias Nascimento, o TEN:

(...) iniciou sua tarefa histórica e revolucionária convocando para seus quadros pessoas originárias das classes mais sofridas pela

discriminação: os favelados, as empregadas domésticas, os operários desqualificados, os frequentadores de terreiros. Com essa riqueza humana, o TEN educou, formou e apresentou os primeiros intérpretes dramáticos da raça negra – atores e atrizes – do teatro brasileiro (Nascimento, 2002).

Como expresso no jornal Quilombo – vida, problemas e aspirações do negro, “o TEN manteve, em salas de aulas cedidas pela União Nacional dos Estudantes, várias aulas de alfabetização, sob a chefia do professor Ironides Rodrigues. Cerca de seiscentos alunos freqüentavam esse curso, interrompido, infelizmente, por falta de local para funcionar (...)” (TEN, 1948, p. 7).

Nessa trajetória, destacam-se ainda as experiências do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir do fim da década de 1970 – e seus desdobramentos com a política antirracista, nas décadas de 1980 e 1990, com conquistas singulares nos espaços públicos e privados – das frentes abertas pelo Movimento de Mulheres Negras e do embate político impulsionado pelas Comunidades Negras Quilombolas. Ou seja, no percurso trilhado pelo Movimento Negro Brasileiro, a educação sempre foi tratada como instrumento de grande valia para a promoção das demandas da população negra e o combate às desigualdades sociais e raciais.

Brasília: SECAD, 2006 Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re>

7º Encontro

Planejamento e Construção Coletiva de um Guia Prático Pedagógico Antirracista para o Ensino Fundamental Anos Finais da Educação Básica.

Nessa atividade, o/a formador/a irá auxiliar o grupo a exercitar a criatividade e a construir/buscarem conhecimentos pedagógicos sobre temas, materiais, *sites* e outras fontes que contribuirão para alavancar o planejamento dos novos materiais e metodologias, a serem desenvolvidos, em salas de aula, bem como a elaboração coletiva do Guia Prático Pedagógico Antirracista, proposto, anteriormente, no início dos encontros como produto final do curso. Esse trabalho deverá ser concluído e apresentado no último encontro do curso.

Sites, filmes, vídeos, livros, enfim, recursos que auxiliarão para a construção desse material serão disponibilizados. Formadores organizarão subgrupos, para a produção dos temas e dos tópicos que comporão o Guia.

Texto Para Complementação

O cotidiano em sala de aula

A rotina na sala de aula – espaços de troca e de diálogo, o compromisso, a ambientação da sala –, todos os componentes desse processo devem favorecer a convivência e o diálogo entre os estudantes e os educadores. Todos os participantes são corresponsáveis pelo sucesso do projeto, o trabalho deve ser sempre coletivo. Nesse sentido, uma cadeira vazia não é uma cadeira vazia, é alguém que faltou por alguma razão. Vamos investigar o motivo e tentar ajudar, para que a ausência não seja transformada em evasão e exclusão?

É preciso sempre colocar o jovem e o adulto no centro de todos os movimentos. O protagonismo deve ser incentivado e, para que isso ocorra, é necessário abrir espaço para a participação. Ao valorizar os saberes dos estudantes, estimula-se o autorrespeito e, conseqüentemente, o desejo de participar dos processos coletivos de construção do conhecimento. Nesse sentido podemos:

- Abordar as manifestações culturais tradicionais presentes na comunidade e dialogar com a memória desses sujeitos, enquanto trabalhadores rurais, filhos e/ou netos de festeiros. Isso abrange a organização política desses grupos, a herança musical das famílias desses jovens; as visões de mundo que os fortalecem para o enfrentamento diário contra o racismo, existente na sociedade em que se inserem; a posição que os/as jovens ocupam na manutenção dessa herança ancestral e os conflitos que isso gera em confronto com a modernidade; e, ainda, permite utilizar esse manancial cultural para as aulas: letras das músicas, os cantos, os ritmos, entre outros recursos.
- Buscar, organizar e sistematizar mecanismos que possam utilizar os movimentos culturais de rua dos/das jovens – suas realizações com o corpo, com a música, com as artes plásticas e com a comunidade. Esse cotidiano das culturas juvenis pode fazer parte das propostas pedagógicas da escola.

8º encontro

Encerramento das atividades com apresentação do trabalho final e avaliação

O último encontro será realizado em espaço aberto e amplo. A abertura consistirá em breve explanação e retrospectiva dos momentos vividos nos encontros anteriores, os resultados alcançados e as expectativas futuras. Em seguida os participantes apresentarão suas produções e farão relatos das experiências vivenciadas durante os encontros.

Nessa fase, haverá oportunidades para conhecer, compartilhar saberes entre componentes, interagir e avaliar o trabalho realizado, que consiste no Guia Prático Pedagógico, elaborado coletivamente, pelos participantes. A avaliação será realizada pelos autores do projeto, pelos organizadores e demais participantes e ocorrerá sempre ao final de cada encontro. Todos os processos serão avaliados, de forma coletiva. As questões serão relatadas, discutidas e debatidas, no decorrer dos encontros da formação. Todos os participantes terão oportunidade de falar e de se expressarem, fazendo relatos e avaliando momentos do curso.

AVALIAÇÃO DO CURSO

LISTA DE PRESENÇA

TEMÁTICA:
MINISTRANTE:
HORÁRIO:
DATA
CARGA HORÁRIA:

Nº	Nome sem abreviaturas	Número do CPF	Data de Nascimento	Assinatura
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				

FORMUÁRIO DE AVALIAÇÃO

Tema: _____ Data: ____/____/_____/

Ministrante: _____

AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
Conteúdo/temática desenvolvido(a)	ÓTIMO	BOM	SATISFATÓRIO	INSATISFATÓRIO
1. Cumprimento dos objetivos propostos				
2. Qualidade do conteúdo/temática apresentado(a)				
3. Carga horária para o desenvolvimento proposto (tempo deduração)				
Atuação Ministrantes	ÓTIMO	BOM	SATISFATÓRIO	INSATISFATÓRIO
4. Clareza na exposição do tema (a comunicação foi clara e objetiva)				
5. Domínio sobre os temas tratados				
6. As dúvidas e os questionamentos foram atendidos/abordados pelo ministrante				
7. Qualidade na interação com o grupo				
Aspectos gerais	ÓTIMO	BOM	SATISFATÓRIO	INSATISFATÓRIO

MEIOS DE DIVULGAÇÃO: Bancos de e-mails dos professores e demais participantes, (*WhatsApp*), outros grupos de (*WhatsApp*).

Filmes indicados

1. Filme: **Mucize**

Gênero: Comédia/Romance Duração 2:16 min. Classificação livre Cor: colorido

Diretor: Mahsun Kimizigul

Elenco: Mert Turak, Nahsun Kimizigul, Serpil Gril

País: **Turquia**



Sinopse:

Na zona rural da Turquia nos anos de 1960, um professor recém- designado descobre que na aldeia solitária está perdendo uma escola. Ele se afeiçoa às pessoas da aldeia especialmente a um homem com deficiência. O professor ajuda a aldeia a construir uma escola e a educar as crianças e um homem com deficiência, seu novo e fiel amigo

Disponível em: <https://adorocinema.com/fimes/filme/> acesso 16/06/2024

2.Filme: **O Menino que Descobriu o Vento**

Gênero: Drama duração: 1:53 min. Classificação: 12 anos Cor: colorido

Diretor: Chiwetel Ejiofor

Elenco: Maxwell Simba, Chiwetel Ejiofor, Aissa Maiga

País: Malawi Sudeste da África



Sinopse:

Baseado em uma história real, o filme: o menino que descobriu o vento conta a história de um garoto inteligente e autodidata. O drama fala de como os moradores de *Malawi*, um país sem saída para o mar, situado no sudeste da África, passam por um período intenso de chuvas, que impossibilita trabalhar, sua única fonte de alimentação e renda. Quando as tempestades passam, a seca toma conta do local e piora a situação, levando as pessoas a morrerem de fome, sem ajuda do governo. No início do filme, percebe-se que o pai de William Tyrell, reconhece o valor da educação, ainda que não tenha tido a oportunidade de estudar, ele usa seus poucos recursos para custear a escola dos dois filhos.

Sempre se esforçando para adquirir conhecimentos o jovem William se cansa de assistir todos os colegas do seu vilarejo passando por dificuldades e começa a desenvolver uma inovadora turbina de vento, utilizando peças encontradas no lixo. O maior sonho do garoto era poder estudar. Mas, infelizmente, por conta das dificuldades financeiras, isso não foi possível. Mesmo

enfrentando a seca, a fome, a falta de dinheiro e tantos outros problemas que são apresentados no filme, o garoto jamais desistiu de aprender. William viu nos estudos um futuro promissor. Disponível em: <https://edcc.usp.br/o-menino-que-descobriu-o-vento/> (Acesso em 14/06/2024).

Filme: Estrelas Além do Tempo

Gênero: Drama Duração: 1:27min. Classificação Livre Cor: Colorido

Diretor: Theodore Melfé

Elenco: Taraji. P. Henson, Octavia Spencer, Janelle Monal, Kevin Costner, Jim Parsons

País: **Estados Unidos**



Sinopse:

Em 1961, em plena Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, disputaram a supremacia, na corrida espacial, ao mesmo tempo em que a sociedade norte-americana lida com uma profunda cisão racial entre brancos e negros. Tal situação é refletida também na NASA, onde um grupo de funcionárias negras é obrigada a trabalhar a parte. É lá que estão Katherine Johnson (Taraji P. Henson), Dorothy Vaughn (Octavia Spencer) e Mary Jackson (Janelle Monal), grandes amigas que, além de provar sua competência, dia após dia, precisam lidar com o preconceito arraigado, para que consigam ascender na hierarquia da NASA.

Disponível em: <https://www.wadorocinema.com/filmes/filme-219070/> Acesso em 15/06/2024

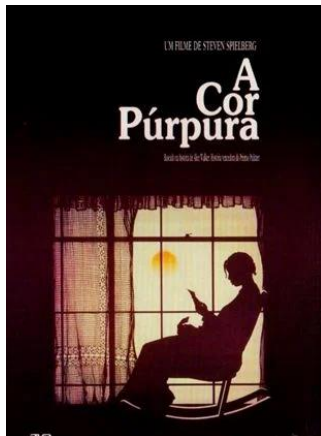
Filme: A Cor Púrpura

Gênero: Drama Duração: 1:54 min. Classificação: 14 anos

Diretor: Blitz The Ambassador

Produção: Oprah Winfrey/ Steven Spielberg, Scott Sanders, Quincy Jones, Pete Chiappelta

Elenco: Danny Glover, Whoopi Godberg, Margaret Avery, Oprah Winfrey, Willard. E, Pugh, Akaisla Brisia, Descreta Jacson, Adolph Caesar, Era Dawn, Chong, Dana Ivey, Leonard Jacson, Bennet Guillory, John Patton Jr. , Cal Anderson, Susan Beaubian.



Sinopse:

Geórgia, 1906, em uma pequena cidade da Geórgia, Sul dos Estados Unidos, a quase adolescente Célie, violentada pelo próprio pai, torna-se mãe de duas crianças. Separada imediatamente dos filhos, Célie (Whoopi Goldberg) é doada a Mister (Danny Glover), que a trata como companheira e escrava ao mesmo tempo. Muito da brutalidade de Mister, vem de sua própria dor, da paixão ardente que alimenta pela sensual cantora de Blues, Shug Avery (Margaret Avery). Cada vez mais calada e solitária, Celie passa a compartilhar sua tristeza em cartas. Primeiro escreve para Deus, depois para a irmã Nettie, missionária na África. Mas quando Shug, aliada, a forte Sofia (Oprah Winfrey) e o filho de Mister entram dificilmente em sua vida ela começa a revelar seu espírito brilhante; ganhando consciência do próprio valor e das possibilidades que o mundo oferece.

Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme/269289/> acesso 15/06/2024

Filme: **Filhos de Ninguém**

Gênero: Drama Duração: 1:41 min. Cor: colorido Classificação 14 anos

Diretor: Adewale Akinnwoye Agbaje

Elenco: Danson Idris, Kate Beckinsale, Cugnbatha Raw.

País: **Reino Unido**



Sinopse:

Enitan é um jovem nigeriano que, quando criança, fora mandado para ser criado por uma família branca de ingleses. Desesperado por aprovação social, ele decide iniciar uma jornada de ódio próprio e acaba entrando em uma gangue de *skinheads* racistas, machucando seus semelhantes.

Disponível em: <https://fimow.com/filho-de-ninguém-1234164/ficha-técnica/>. Acesso 14/06/2024

Filme: **Lágrimas Sobre o Mississippi**

Gênero: Drama Duração 2:14 min. Classificação: 14 anos Cor: colorido

Direção: Doe Rees, Roteiro Wirgil Willians

Elenco: Garret Hediund, Jason Mitchell, Caret Mullingam

País: **Estados Unidos**



Sinopse:

A tímida Laura (Carey Mulligan) acredita ter tirado a sorte grande, quando encontra Henry MacAllan (Jason Clarke), um homem um pouco bruto, mas interessado nela. Logo após o casamento, a família muda-se para uma fazenda no chuvoso delta do Rio Mississippi. Enquanto Laura enfrenta dificuldades para adaptar-se à vida rural, ela é confrontada com uma família negra, os Jacson, responsáveis por ajudar no trabalho pesado com o plantio e a colheita. Duas posições muito distintas se desenham na família: enquanto o pai idoso de Henry, Poppy McAllan (Jonathan Banks) luta para manter os privilégios dos brancos no terreno, o irmão de Henry, Jamie McAllan (Garret Hedlund) desenvolve uma boa amizade com o filho dos caseiros, Ronsell Jacson (Jason Mitchell), pelo fato de ambos compartilharem traumas da guerra. Um violento conflito de etnias, gêneros e classes sociais marca a convivência entre os McAllan e os Jackson. Lágrimas do Mississippi aborda dezenas de traumas importantes entre eles, a luta de classes, o racismo, a posição inferior da mulher na família tradicional, violência do capital, as diferenças entre o campo e a cidade. A história é marcada por episódios de injustiça

Disponível em: <https://www.adorocinema.com/fimes/filme269289/> acesso em 16/062024

Filme: A História de Ruby Bridges

Gênero: Drama Duração: 96 min. Classificação livre

Cor: colorido

Direção: Euzhan Palcy

Elenco: Caz Monet- Ruby Nell Bridges, Lela Rochan- Lucielle “ Lucy” Bridges (mãe), Michael Beach- Abon Bridges (pai), Penelope Ann Miler- Barbara Henry (professora), Kevin Pollark- Dr. Robert Coles, Diana Scarwind- Miss Woodmere

País: **Estados Unidos 1998**



Sinopse:

Nova Orleans, 1960, Sul dos Estados Unidos, Ruby Bridges, uma garotinha de apenas seis anos, enfrenta diversas situações de racismo, ao ser a primeira afro-americana a ingressar na escola elementar Willian Frantz, predominantemente de brancos. Baseado em fatos reais, o filme acompanha a trajetória de Ruby e sua família, na luta contra o racismo e a segregação racial, que imperava no Sul dos Estados Unidos

Curiosidade: Em 2024, uma estátua de Bridges foi levantada no Pátio da Escola Elementar Willian Frantz.

Ruby Bridges, em 15 de julho de 2011, encontrou-se com o então presidente dos Estados Unidos Barack Obama, na casa Branca e, durante a exibição do quadro de Norman Rokwell, ele lhe teria dito “[...] se não fosse por vocês, eu não poderia estar aqui e nós não estaríamos olhando para isso juntos. ”

Atualmente, Ruby Bridges é presidente da Fundação Ruby Bridges, fundada em 1999 que atua na luta contra o racismo, nos Estados Unidos.

O filme está disponível no serviço de Streaming da Disney desde 2020.

Disponível em: <http://cinemahistoriaeducacao.com/historia/historia-da-ruby-bridges/> (Acesso em 16/06/2024).

Sites e canais que abordam as relações étnico-raciais

Politize - <https://www.politize.com.br/>



Esse *site* aborda várias temáticas, como cidadania, cultura e sociedade. As abordagens relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais são frequentes, atuais e interessantes ao desenvolvimento da didática e da temática, em sala de aula ou em instituições de ensino.

MEC - <https://portal.mec.gov.br/12989-re...>



Nesse site é possível encontrar as Leis das Políticas Públicas da Educação Brasileira, manuais e livros, Diretrizes e Legislações que estabelecem orientações para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

<https://acervobf.bocadaforte.com.br/noticias/6-sites-para-entender-a-questao-racial-no-brasil.html>.

Sugestões de livros, cartilhas, manuais e revistas que abordam a educação étnico-racial

Livro:

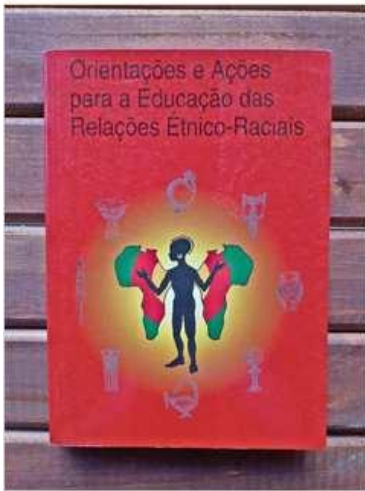
Coleção história geral da África: edição em português
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190257>

Corporate author:

UNESCO Office in Brasilia [845], Brazil. Ministry of Education [383]

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais

Link: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf



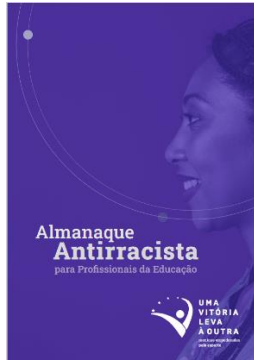
Disponível no site do MEC

Livro: **Superando o Racismo na Escola**. Kabengele Munanga. Organizador

Link: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf

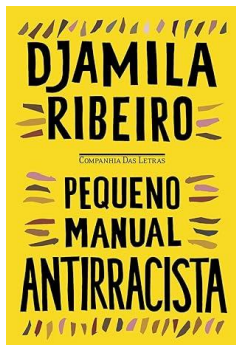


Disponível no *site* MEC/BID/UNESCO



Disponível no *site*: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=palavra-chave-de-documentos/almanaque-antirracista>

Livro: Djamila Ribeiro- **Pequeno Manual Antirracista**



Disponível no *site*:

https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_PEQUENO_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f0659881d9e4.pdf

Cartilha Antirracista – UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).



Disponível no *site*: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-de-Combate-ao-Racismo-2020.pdf>

COPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros (as)) Disponível no *Site*: <https://www.copene2024.abpn.org.br/site/capa>

NEABs (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros)

Disponível no *Site*: <https://abpn.org.br/conneabs-2/>

Canais no *youtube* – vídeos, bate papo, entrevista e palestras sobre educação étnico-racial

Canal Bate Papo PAE: UNIUBE no *Youtube*



Canal Revista ANPUH (Associação Nacional de História) - *Youtube*



Canal Africanidade - youtube



Canal Pensar Africanamente – Youtube



Considerações finais

O projeto de formação para professores foi elaborado com o objetivo de subsidiar e de promover mudanças nas práticas pedagógicas dos professores do Ensino Fundamental, de modo a envolver todos os componentes curriculares; despertar o interesse dos participantes pelas temáticas abordadas nos encontros e pelas discussões alicerçadas e embasadas teórica e metodologicamente necessárias ao conhecimento da temática envolvida no projeto. Proporcionar, aos participantes, acesso aos diversos materiais, autores e políticas públicas, voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Paralelamente, esse projeto pretende desenvolver dinâmicas que contribuam com a reflexão sobre a importância do diálogo constante e permanente sobre questões étnicas, diversidade, pluralidade e inclusão. Enfim, esse projeto pretende adentrar debates complexos, refletir na tomada de decisões e na adoção de atitudes antirracistas, sobretudo o questionamento em torno da opressão racial, nos espaços escolares, com vistas ao desenvolvimento de posturas éticas, a partir do processo de conscientização de todos os segmentos da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017 Brasília , DF, 2017

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História Afro-brasileira e Africana**. Resolução CNE/CP N°1, de 17 de junho de 2004. Brasília, Diário Oficial [Da] República Federativa do Brasil, 22 de junho de 2004, seção 1, p. 11.

BRASIL. **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Lei N°9394, de 23 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.

BRASIL. **Lei 10639, 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 10 de jan. 2003, seção 1, P. 1 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm

BRASIL, **Lei 12288 de 20 julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília-DF, 20 de julho 2010.

BRASIL. Lei n° 13005 de 25 de julho de 2014. PNE Plano Nacional de Educação. Brasília-DF. 25 de junho de 2014.

BRASIL, MEC-Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília-DF: SECAD, 2006. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/12989-re...> Acesso em 18/06/2024.

GUIMARAES, Selva. **O Ensino de História e a Construção da Cidadania**. In: **Didática e Prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2013

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves, SIMIONATO, Margareth Fadanelli. Org. **Formação de Professores: abordagens contemporâneas** – São Paulo: Paulinas, 2008- (coleção docentes em formação).

MINAS GERAIS. Resolução n° 27.6.2019 Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nas Escolas do Sistema de Ensino de Minas Gerais. SEE/ MG , Belo Horizonte 2019

MUNANGA, KMUNANGA. K (org). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da educação. Secretaria de educação 2001.

NÓVOA, António. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar/** colaboração Yara Alvin- Salvador SEC/IAT, 2022.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Formação em serviço (verbete). In: Dalila Andrade Oliveira, Adriana Cancelli Duarte e Lívia Fraga Vieira (orgs.). **Dicionário Trabalho, profissão e condição docente**, Belo Horizonte: GESTRADO/UFMG, 2010

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**.1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.